

CPI pede quebra de sigilo bancário de 14 juízes

Outras 35 pessoas suspeitas de envolvimento com tráfico ilegal de bebês para o Exterior também serão investigadas, segundo o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, deputado Moroni Torgan

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição In-

fantil determinou a quebra de sigilo bancário e fiscal de 14 juízes e 35 pessoas suspeitas de envolvimento com o tráfico ilegal de bebês para o Exterior. A in-

formação foi confirmada ontem pelo relator da CPI, deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), que espera concluir o relatório final até o dia 12 de abril. As suspeitas sobre o envolvimento no tráfico de crianças atingiriam cerca de 20 serventuários da Justiça e 16 juízes. Todos eles são ligados a Varas de Infância e Adolescência de Estados nordestinos.

A apuração do envolvimento de novos magistrados na CPI foi possível mediante a análise das contas bancárias de dois juízes do Rio Grande do Norte que já haviam sido investigados pela Assembleia Legislativa daquele Estado. Com o auxílio de técnicos do Banco Central, a CPI da Prostituição Infantil teria descoberto relacionamento finan-

ceiro entre os dois potiguares, 14 colegas nordestinos e outros 35 indiciados. Um dos juízes, Carlos Roberto Coelho Maia, prestará depoimento à CPI na próxima terça-feira.

"Isso não quer dizer que os 14 juízes e os 35 novos indiciados são membros de quadrilha", ponderou Moroni Torgan, esclarecendo que todos eles, porém,

terão de esclarecer a natureza das ligações com os dois juízes potiguares. No caso desses, a CPI constatou, mediante o cruzamento de depósitos e saques bancários, "coincidências" de movimentação bancária em datas próximas a adoções de bebês por estrangeiros. A relação dos novos nomes investigados está sendo mantida em sigilo.